

Conselho de Opinião

**Parecer**

Ao Conselho de Opinião (CO), criado nos termos e para os efeitos previstos no art. 5º da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro, em conformidade com as alíneas b) e c) do art. 22º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP, S.A.), compete apreciar o **Relatório e Contas da Sociedade**, que, para tal, lhe foram submetidos pelo respetivo Conselho de Administração (CA).

Analisada a documentação apresentada, e ouvido o Conselho de Administração, o CO emite sobre o Relatório e as Contas do Exercício do Ano de 2010, da RTP, S.A., o seguinte **Parecer**:

**I – Introdução**

1. No ano de 2010 importa destacar alguns momentos de especial importância para o Serviço Público de *Media*. Merece-nos, assim, particular referência: a aprovação de uma nova Lei de Rádio, a criação das bases para a aprovação de uma nova Lei de Televisão, bem como as Comemorações dos 75 Anos da Rádio Pública e os 35 Anos da Televisão Regional dos Açores.

O debate sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão, que estes acontecimentos potenciaram, e que se aliou à crise financeira, nem sempre decorreu com a clareza e a objetividade que se exige, confundindo-se frequentemente a Empresa Concessionária do Serviço Público de *Media* (RTP,S.A.) com a Televisão e esta com o seu Primeiro Canal Generalista (Canal 1).

Vários foram os pretextos para se questionar a existência, em Portugal, de uma Empresa Pública de *Media* e, até, da necessidade de um Serviço Público de Rádio e Televisão.



## RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL SA

Da reflexão que realizou, o CO considera que o pluralismo, a liberdade e a democracia ficam melhor defendidos e salvaguardados com a manutenção de um Operador Público de Comunicação Social, com diversos Canais e Antenas alternativas e/ou complementares.

Apesar dos seus mais de 18 anos de existência, os operadores privados ainda não conseguiram garantir, ao nível mais desejado das necessidades democráticas, uma informação plural e independente, uma programação suficientemente diversificada e alargada para todos os tipos de público, um desenvolvimento de políticas editoriais que mostrem particular respeito pela nossa história e identidade cultural, uma renovação de talentos criativos e sua divulgação, uma preocupação com o melhor entendimento da realidade social e um maior investimento em programas produzidos a nível local, nomeadamente em produção independente, uma regulação do mercado de produção audiovisual, tendo como referencial a qualidade, e, especial, a defesa coerente da Língua e da Cultura Portuguesas.

Triplamente escrutinado, o Operador Público tem levado a cabo essas tarefas, em cumprimento dos Contratos de Concessão.

Importa, porém, reconhecer que nem sempre a Empresa Pública de *Media* tem sabido divulgar as suas amplas tarefas e obrigações de Rádio e Televisão e dos novos serviços não lineares, numa perspetiva global.

A herança da sigla RTP, aplicada à Empresa Rádio e Televisão de Portugal, S.A., continua a revelar-se (e o CO para isso alertou desde o primeiro momento) quase tão pesada para a sua imagem face à Sociedade Civil, como a dívida que o passado lhe legou.

O CO defende que não se deve, nem pode ser secundarizado o papel de um Operador de Serviço Público de *Media*, desde que regulado pela Sociedade Civil, na defesa e promoção do pluralismo, da coesão social, da diversidade cultural e da construção de um espaço de comunicação aberto a todos, enquanto elementos essenciais à democracia.

Cabe, por isso, ao Conselho de Administração (CA) da Empresa, como a todos os seus trabalhadores, projetarem uma imagem mais correta da Empresa e das suas múltiplas obrigações, na Rádio como na Televisão de Serviço Público.



## RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL SA

2. No âmbito de uma empresa prestadora de Serviço Público de *Media*, com a sua especial visibilidade, importa que se saiba separar o essencial do acessório, potenciando os seus recursos internos, na sustentabilidade financeira da Empresa e na responsabilidade social que lhe é assacada.

Espera-se que os gestores públicos definam e orientem os meios e os recursos, não para a concorrência com os operadores privados, mas para a salvaguarda do interesse social.

Enquanto instrumentos de comunicação, a Rádio e a Televisão Públicas têm o “olhar e os ouvidos” do País voltados para si, pelo que se impõe rigor, independência, pluralismo e adequada contenção face ao difícil momento vivido pelos Portugueses.

3. É nesta conjuntura que o CO se congratula pela maior transparência do presente Relatório na difusão do cumprimento das Obrigações de Serviço Público, como também pelos melhores resultados operacionais obtidos na exploração da Empresa.

Com o mesmo rigor com que se criticou no passado a forma inconsequente como os Relatórios foram apresentados, o CO saúda a melhoria qualitativa deste documento, fundamental para a apresentação das tarefas desenvolvidas pelo Operador Público de *Media*.

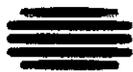
4. Perante um ano de 2011 que se anuncia difícil para o País, com sacrifícios muito além do desejável para os Portugueses, é cada vez mais necessário que as Empresas Públicas e aos seus Responsáveis procurem garantir a sua sustentabilidade financeira, sem perda do horizonte constante do cumprimento das missões de Serviço Público de que estão incumbidas.

5. Em defesa do Serviço Público é desejável que se tenha em conta a evolução do mercado de audiências dos diferentes Canais e Antenas, comparativamente aos demais operadores, e se evolua para a preocupação de desenvolvimento global de uma programação com qualidade, onde impere a diversidade e a complementaridade entre os diversos Canais e Antenas.

É ainda indispensável que o Operador Público de Comunicação Social

---

www.rtp.pt	✈ Av. Marçal Gomes da Costa, nº 37 1849-030 Lisboa Portugal	✈ R. Conceição Fernandes, nº 755 4434-510 Vila Nova de Gaia Portugal	✈ R. Castelo Branco 9500-761 Ponta Delgada Portugal	✈ Caminho de Stº António, nº 145 9024-500 Funchal Portugal
	✈ Tel.: (+351) 217 947 000 Fax: (+351) 217 947 570	✈ Tel.: (+351) 227 156 000 Fax: (+351) 227 156 072	✈ Tel.: (+351) 296 201 100 Fax: (+351) 296 201 120	✈ Tel.: (+351) 291 709 100 Fax: (+351) 291 741 859



## RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL SA

desenvolva estudos quer de avaliação da qualidade da programação, quer dos resultados obtidos na *Internet*. Cabe-lhe, também, implementar uma melhor interligação com a Sociedade Civil, recolhendo, de forma sistemática e científica, as opiniões dos diferentes públicos e correntes sociais, visando criar uma nova relação com os ouvintes e telespetadores.

Inovar, investindo em talento e criatividade, contribuirá, seguramente, para o desenvolvimento da indústria nacional de conteúdos, particularmente nos filmes, ficção e documentários.

O Serviço Público vem exigindo, crescentemente, que se promovam estratégias de multisuporte e multiplataforma, de molde a garantir aos Portugueses, em Portugal e na Diáspora, um moderno Serviço Público de *Media*.

### II - Apreciação na Generalidade

1. Um modelo sustentável de Serviço Público de *Media* dependerá da credibilidade da informação, da qualidade da programação, mas também, e cada vez mais, do contributo para o desenvolvimento sustentável e o apoio ao desenvolvimento interligado com novos serviços, em cooperação com outras instituições públicas e privadas.
2. No presente Relatório não resulta particularmente visível qual o modelo e as diretrizes de desenvolvimento, qual o modelo do Serviço Público e as bases fundamentais dos objetivos pretendidos. De facto, estando-se perante a mera apresentação de um catálogo, mais ou menos detalhado, do que se fez, isso não basta em termos de modelo de Serviço Público. O importante será definir a estratégia, apresentar as principais metas e, sobretudo, demonstrar que a RTP, S.A., contribui na área de Rádio, Televisão e em diferentes plataformas de distribuição para a prestação de um Serviço Público diferenciador dos operadores privados e de qualidade. Os resultados financeiros, sem discutir a sua relevância, não devem ser critérios decisivos de eficácia, devendo aparecer por acréscimo e não como a grande meta para demonstrar que se é eficaz, a não ser que se entenda a eficácia, exclusivamente, na esfera da classificação habitual comum ao setor privado.





3. A prestação de Serviço Público supõe atenção permanente às reclamações, desejos e expectativas provenientes dos públicos – radiouvintes e/ou telespetadores – no sentido de os envolver na definição dos conteúdos programáticos e informativos. Ora, os Relatórios dos Provedores da Rádio e da Televisão, recentemente tornados públicos, dão conta da escassez de meios postos à sua disposição pela Administração da Empresa. Importa pôr cobro a tal situação, sob pena de esvaziamento de uma figura – a do Provedor – cuja instituição foi saudada como um passo decisivo para a aproximação entre a Empresa prestadora de Serviço Público e aqueles que constituem a razão da sua existência.

### III – Apreciação na Especialidade

1. A perda de audiência, reconhecida expressamente no Relatório, da RTP 2 (apesar de se manter o tom laudatório das tarefas desempenhadas) e da Rádio, devem ser motivo de forte preocupação para a Empresa e para todos nós. Importa, pois, analisar se o modelo e a estratégia seguidas são as mais adequadas.

Esta é uma parte significativa do Serviço Público que não pode ser menosprezada. O que tem sido feito, afinal, para ganhar novos públicos, mais jovem nalguns casos, ou para a diversificação de públicos?.

Não encontrando resposta no Relatório, resta-nos recomendar uma análise aprofundada destas questões, que permita encontrar estratégias adequadas e reformas necessárias internas de estruturas e de programação.

#### 2. Canais Internacionais:

Ainda não foi em 2010 que ficou patente a existência de uma estratégia de desenvolvimento e adequada programação das Antenas e Canais Internacionais. E se, em relação às Antenas Internacionais, tal se poderá ficar a dever ao ultrapassado Contrato de Concessão da Rádio, em matéria de Canais Internacionais (RTP I e RTP África), tal não é compreensível.



**3. Centros Regionais dos Açores e da Madeira:**

A Rádio e Televisão Regionais são, nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, instrumentos de identidade e coesão regional e nacional, que importa fortalecer no cumprimento das missões de Serviço Público.

O CO teve ocasião de constatar, por exemplo, na sua visita às ilhas do Faial e da Terceira, a extrema urgência em se dar uma rápida e adequada resposta aos problemas aí existentes quer no domínio dos equipamentos, quer das condições de trabalho.

A qualidade da programação regional depende das infraestruturas, dos meios e da preparação de recursos humanos, por isso, saúdam-se os passos que parecem estar a ser dados no sentido de se encontrarem as adequadas soluções.

**4. Emissões em Onda Curta:**

Invocando a necessidade de aplicar medidas de austeridade, ditadas pela atual situação económica e financeira do País, e, ao mesmo tempo, argumentando com a inutilidade prática da manutenção de um serviço que seria prestado por outras vias, o CA encara a possibilidade de vir a encerrar as emissões em Onda Curta de Radiodifusão. Na ausência de estudos aprofundados sobre o assunto e de elementos concretos que lhe permitam avançar, desde já, para a solução prevista, o CA comprometeu-se, solenemente, perante o Plenário do Conselho de Opinião, a limitar-se, por enquanto, a suspender as emissões em Onda Curta referidas. A eventual extinção, dependerá da avaliação das consequências que vierem a manifestar-se durante o período de suspensão.

Não estando esta suspensão devidamente datada, o Conselho de Opinião espera que ela não se eternize no tempo, o que equivaleria a considerá-la como uma extinção dissimulada, ou seja, como uma forma enviesada de contornar obrigações impostas pelo Contrato de Concessão de Serviço Público.



#### IV – Outras Obrigações do Serviço Público

1. Realce para o desenvolvimento na área **Museológica e Documental**, com o novo **Fundo Documental da Rádio**, assim como o número significativo de visitantes à Coleção Visitável e ao Museu Virtual e a conclusão da Reserva Técnica.

O passado ajuda a compreender o presente e a projetar o futuro. O património da Empresa, neste domínio, é demasiado precioso e importante, pelo que o trabalho desenvolvido merece que o CO o ressalve de forma destacada.

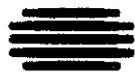
Espera-se, agora, que também o **Arquivo Audiovisual** possa ficar acessível aos utilizadores, especialmente para fins académicos e outros de natureza não lucrativa.

2. Também a **Formação** desenvolvida em 2010, e a sua extensão aos Centros Regionais dos Açores e da Madeira, é merecedora de ênfase e particular destaque. A RTP, S.A., tem, neste domínio, obrigações muito claras na salvaguarda dos seus recursos humanos.

É por demais evidente que o “património humano” existente na Empresa é um ativo de vital importância, não se justificando, por isso, o recurso tão elevado a elementos externos no desempenho das suas missões.

3. A **Cooperação** desenvolvida parece não obedecer a uma estratégia assente em objetivos claros, assumindo uma (aparente) natureza casuística. A Empresa e o País, com as dificuldades vividas, têm de selecionar, de uma forma clara e criteriosa os objetivos aos quais vai alocar fundos. De entre os Países Lusófonos, nem todos têm as mesmas condições, necessidades e meios.

O futuro da Língua Portuguesa na Guiné Bissau e em Timor devem merecer uma particular atenção, empenhando-se meios e recursos que permitam, nestes casos, formas de ensino à distância, potenciando a Televisão local, mas também outras plataformas de transmissão, como é o



## RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL SA

caso da Rádio.

Quando se pensa em cooperação, o domínio da Televisão parece quase absoluto, esquecendo-se que, nas condições locais, a **Rádio** é um instrumento de comunicação fundamental.

### V – Das Contas

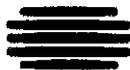
#### 1. Aspetos económicos:

Os resultados operacionais da RTP, S.A., em 2010, atingiram os 22,6 milhões de euros, correspondendo a uma melhoria de 19,7 milhões de euros relativamente ao ano anterior (+690,1%). Este resultado foi superior ao previsto no Acordo de Reestruturação Financeira (ARF) em 10,9 milhões de euros.

Tendo em conta o ano anterior, este resultado traduz uma estabilização dos rendimentos operacionais e, sobretudo, uma significativa redução dos custos operacionais: os rendimentos operacionais aumentaram ligeiramente em 0,9% (mais 2,8 milhões de euros) e os custos operacionais reduziram-se em 5,4% (menos 16,6 milhões de euros).

Do lado dos proveitos, salienta-se no Relatório e Contas de 2010 que: (i) os fundos públicos diminuíram 1,7% comparativamente ao ano anterior (decréscimo correspondente a 3,9 milhões de euros, devido sobretudo à redução da contribuição do audiovisual em 5,7 milhões de euros, já que a indemnização compensatória aumentou em 1,8 milhões de euros); (ii) as receitas comerciais aumentaram 8,8% tendo em conta o ano anterior (acréscimo correspondente a 6,1 milhões de euros, devido a maiores receitas de publicidade de 1,6 milhões de euros, ao aumento das receitas de distribuição por cabo de 2,2 milhões de euros e, particularmente, ao aumento de receitas de vendas de conteúdos de 5,7 milhões de euros).

Do lado dos custos, relevam-se as seguintes alterações relativamente ao ano anterior: (i) o aumento de 6,0% verificado nos custos da grelha, sensivelmente



## RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL SA

igual ao do ano anterior (mais 6,4 milhões de euros); (ii) uma forte diminuição nos restantes custos operacionais: de 10,1 milhões de euros nos gastos com pessoal (menos 9,0%) e de 5,1 milhões de euros nos fornecimentos de serviços (menos 9,4%); também o valor das amortizações se reduziu em 2 milhões de euros (menos 15,1%).

Sublinha-se que, em 2010, o *cash-flow* operacional atingiu os 36,6 milhões de euros, um valor superior em 59,5% ao do ano anterior. Neste ano, o investimento realizado foi superior ao valor das amortizações (valores de 6,6 e de 11,2 milhões de euros, respetivamente), tendo-se reduzido em 88,1% face ao do ano anterior. No entanto, assinala-se que a compra do Edifício Sede foi registada nas contas da Empresa de 2009, ano em que os seus investimentos atingiram os 55,4 milhões de euros.

### **2. Aspetos financeiros:**

Regista-se uma evolução positiva nos resultados financeiros em relação ao ano anterior, devido à forte redução das taxas de juro (um prejuízo de 7,1 milhões de euros em 2010, contra um prejuízo de 26,6 milhões de euros em 2009). Note-se que, em 2010 e ainda em face ao ano anterior, os juros e encargos similares suportados pela Empresa registaram uma redução de 12 milhões de euros, passando de 40,9 milhões de euros em 2009 para 28,9 milhões de euros em 2010.

No que respeita aos resultados líquidos, o lucro de 15,1 milhões de euros verificados em 2010, evidencia uma melhoria substancial da ordem dos 39,1 milhões de euros, uma vez que aqueles resultados positivos contrastam com um prejuízo da ordem dos 24,2 milhões de euros registados em 2009.

Apesar da redução da dívida bancária ocorrida em 2010 (-8,3% face ao ano anterior, a que corresponde um valor absoluto da ordem dos 117 milhões de euros), ela assume um valor expressivo (753,8 milhões de euros), e os capitais

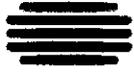


próprios ainda registam um valor negativo muito significativo da ordem dos 554,2 milhões de euros (embora tenham alcançado uma melhoria de 135,4 milhões de euros face ao ano anterior), o que num quadro de previsível alteração das taxas de juro e condições de financiamento, não deixa de constituir uma pesada herança para a futura situação financeira da Empresa.

### **3. Alguns Comentários:**

3.1 Não fossem as circunstâncias adiante referidas e seria ainda mais de realçar o facto de a Empresa ter conseguido ao fim de muitos anos retomar a senda dos Resultados Líquidos do Exercício positivos (15.075.325€), mas o objetivo estratégico de uma empresa pública como a RTP, S.A., nunca pode ficar limitado a este tipo de indicadores, devendo ter como principais preocupações a melhoria da eficiência e da gestão dos seus custos, e, sobretudo, a qualidade do serviço que presta e o seu grau de relevo para a sociedade e o desenvolvimento económico e social do País. Acresce que tal resultado deve ser lido com algumas reservas, pois resulta, em parte, da aplicação do princípio do justo valor ao financiamento "Eurogreen", que incorpora no Balanço e Resultados da Empresa uma alta volatilidade decorrente da variação das taxas de juro. Assim, aquilo que poderia representar uma manifestação de sustentabilidade e progressiva independência da Empresa, apenas reflete, também, uma alteração de procedimentos contabilísticos agregado a uma conjuntura favorável de taxas de juro.

3.2 A melhoria dos resultados operacionais da Empresa é, assim, em termos económicos e financeiros o facto mais positivo do exercício; mas deve ser olhado com moderado otimismo dado que se ficou a dever a um conjunto de fatores, um dos quais conjuntural, o sub licenciamento de direitos do Mundial de Futebol, e ainda a quebra dos gastos com pessoal em mais de 10 M.€, e finalmente, à anualização do efeito da transferência para encargos financeiros do valor da renda suportada com a sede. Ora, o primeiro fator não é estrutural,



o terceiro é contabilístico, restando por isso o segundo, que pode ser avaliado de duas maneiras: ou extremamente positivo, se corresponder a uma redução de efetivos com o conseqüente aumento de produtividade (assumindo a manutenção da qualidade dos recursos disponíveis), ou negativo, se corresponder a uma compressão ou redução dos salários e prémios, dos seus colaboradores que a prazo contribuirá para a sua desmotivação ou até busca de novas oportunidades de carreira.

3.3 Registe-se a quebra do endividamento bancário em 116,7M.€ (menos 13% da dívida de 2009), assim como do Capital Próprio negativo de 689,6 M.€ para -554,2 M.€, que beneficiou do Resultado Líquido do Exercício positivo e dos aumentos de capitais concretizados no âmbito do Acordo de Reestruturação Financeira. Apraz-se, também, registar o cumprimento por parte do Estado, mesmo em conjuntura difícil, das obrigações assumidas para com a Empresa, contribuindo, desta forma, para a defesa de um Serviço Público cada vez mais independente.

3.4 Na atual conjuntura, a sustentabilidade do modelo da RTP, S.A., ainda depende da contribuição direta do Estado, nomeadamente da indemnização compensatória, pelo que uma possível e necessária redução desta obrigará à revisão do modelo de financiamento e a um plano de reestruturação abrangente que permita a redução de custos necessária. Estando prevista para 2013 a renegociação da dívida, seria talvez adequado antecipar-se esse momento, por forma a garantir de imediato a revisão do modelo de financiamento e a independência total, ou quase total, da Empresa de contribuições do Orçamento de Estado.

3.5 O ano de 2010 saldou-se por algumas melhorias, quer em termos económicos quer em termos financeiros. Ainda assim, e não pretendendo de modo algum ignorar ou minimizar a importância desses progressos, a RTP, S.A., está longe de poder ser considerada uma Empresa com sustentabilidade económica e financeira assegurada a longo prazo. De facto, os resultados



líquidos gerados no exercício de 2010, acima dos 15 milhões de euros representam uma proporção baixa dos fundos públicos colocados nesse exercício à disposição da empresa e que atingiram os 231 milhões de euros (121 milhões provenientes da indemnização compensatória e 110 milhões de euros da contribuição do audiovisual). Por outro lado, os capitais próprios continuam negativos em mais de 500 milhões de euros e o endividamento remunerado no futuro a taxas de juro cada vez mais elevadas, é ainda superior a 750 milhões de euros.

Estas considerações exigem por parte da Tutela e do Conselho de Administração decisões adequadas e atempadas para prosseguir e, mesmo, reforçar o caminho da recuperação económica e financeira, de modo a impedir que quebras de financiamento da RTP, S.A., possam retomar um novo ciclo de crescente degradação da situação patrimonial. Apesar das dificuldades do País, a negociação de um novo quadro de recuperação financeira da Empresa a médio prazo, prevendo novas dotações faseadas de capital, deve fazer parte da agenda prioritária dos principais responsáveis empresariais da RTP, S.A., e dos decisores políticos. O mais que certo agravamento das condições de financiamento da Empresa, resultante da subida da taxa Euribor, e do risco associado à Empresa nos mercados internacionais, torna esta questão ainda mais premente para a Empresa.

Aprovado em Lisboa a 18 de abril de 2011

Manuel Coelho da Silva  
(Presidente do CO)